

Rumo a R\$ 1 trilhão

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

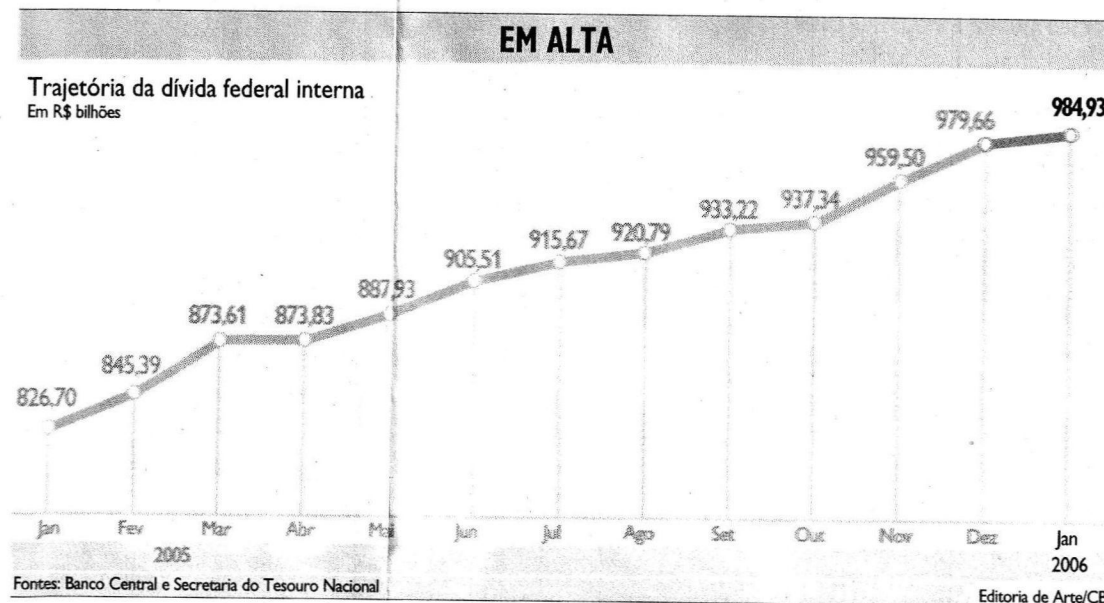
O estoque da dívida federal interna cresceu 0,5% em janeiro, atingindo R\$ 984,93 bilhões em títulos negociados no mercado. A expansão foi de R\$ 5,27 bilhões em relação ao valor de dezembro. Nesse ritmo, o endividamento da União vai ultrapassar a marca de R\$ 1 trilhão dentro de alguns meses. E, já se sabe, não vai parar por aí. O estoque continuará crescendo principalmente por causa da incorporação de juros ao principal e a previsão da Secretaria do Tesouro Nacional é de que o ano feche com um total entre R\$ 1,13 trilhão e R\$ 1,20 trilhão (cerca de 20% superior a R\$ 1 trilhão).

A dívida só vai cair quando o governo passar a ter superávit nominal. Ou seja, quando a economia de verbas for suficiente para pagar toda a parcela de ju-

ros e ainda sobrar dinheiro. No ano passado, o superávit primário, a poupança feita para pagar os juros, foi de R\$ 93,505 bilhões no conjunto do setor público, incluindo estados, municípios e estaduais. Depois do pagamento dos juros, ainda restou um rombo de R\$ 63,641 bilhões nas contas – um déficit nominal correspondente a 3,29% do PIB. Esse buraco infla a dívida.

A fatia dos juros é tão grande que nem o enxugamento de R\$ 7 bilhões em títulos em janeiro foi suficiente para a redução da dívida. O estoque aumentou por causa da incorporação dos juros ao principal, que somou R\$ 12,27 bilhões.

Na avaliação do Tesouro, a dívida se comportou bem em janeiro. “Foi um mês bastante interessante para a gestão da dívida, em especial na composição, no prazo médio e na parcela que vence no curto prazo, que são os principais indicadores”, disse o



coordenador de Operações da Dívida Pública, Ronnie Tavares.

Segundo ele, o lançamento recorde de R\$ 40 bilhões em NTN-B, título com remuneração atrelada à inflação (IPCA), foi

fundamental para o alongamento do prazo e melhora do perfil em janeiro. Os fundos de pensão e outros investidores institucionais estão cada vez mais interessados nesse tipo de papel, que

paga juros superiores a 10%, além da correção pela inflação.

Recorde

A parcela de pós-fixados caiu de 51,77% do total para 49,48%, me-

nor resultado desde outubro de 2001. A participação dos títulos corrigidos pelos índices de preços subiu de 15,53% para 19,15%, valor também recorde. Esse movimento é bom para o Tesouro porque traz mais previsibilidade à gestão da dívida pública, que fica menos vulnerável a elevações bruscas da Selic para combater a inflação. Em 2002, por exemplo, as incertezas quanto aos resultados das eleições presidenciais forçaram a Selic para cima, com efeitos negativos nas contas públicas. Os analistas não esperam efeito semelhante este ano.

Como previsto, a vulnerabilidade da dívida interna às variações do câmbio foi zerada em janeiro. Na verdade, o BC passou até mesmo a ser credor do mercado nas operações cambiais futuras, tendo R\$ 5,56 bilhões a receber. Neste ano, o governo já tirou do mercado o equivalente a US\$ 10 bilhões em papéis cambiais.